

PROFILE OF AMAZON STUDENTS IN FORMAÇÃO: ÉTNICO-RACIAIS REFLEXÕES IN THE ALTO RIO NEGRO LETTER COURSE¹

Iolete Ribeiro da Silva²

Vitória Maria da Silva Miranda³

Edson Jader Ribeiro Cabo Verde Junior⁴

Adria de Lima Sousa⁵

Abstract: This study aims to reflect on the profile of students in the letter course in the Amazonian context, pointing out ethnic-racial aspects. To this end, a questionnaire was applied with open and closed questions about socio-demographic aspects and college students' training. Descriptive statistical and thematic analyses were carried out. The results indicate ethnic-racial diversity and what needs to be overcome in the face of exclusionary processes. The themes identified revealed the university as a place of fulfillment and satisfaction, obstacles and resilience, and socio-spatial inequalities. An Amazonian pedagogy is proposed, capable of claiming the strengthening of the African and indigenous presence in training.

Keywords: Education; Amazon; ethnoracial.

Perfil de estudantes amazônidas em formação: reflexões étnico-raciais no curso de Letras do Alto Rio Negro

Resumo: Este estudo tem como objetivo refletir sobre o perfil dos estudantes do curso de letras no contexto amazônico, apontando aspectos étnico-raciais. Para tanto, foi aplicado um questionário com perguntas abertas e fechadas sobre aspectos sociodemográficos e a formação dos estudantes na faculdade. Foram realizadas análises estatísticas descritivas e temáticas. Os resultados indicam a diversidade étnico-racial e o que precisa ser superado diante dos processos excludentes. Os temas identificados revelaram a universidade como lugar de realização e satisfação, obstáculos e resiliência e desigualdades socioespaciais. Propõe-se uma pedagogia amazônica, capaz de reivindicar o fortalecimento da presença africana e indígena na formação.

Palavras-chave: Educação; Amazônia; Étnico-racial.

¹ Trabalho apoiado pela Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM

² Universidade Federal do Amazonas. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9416-6866>, E-mail: iotele.silva@gmail.com

³ Universidade Federal do Amazonas. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1136-5983>, E-mail: viquizando@gmail.com

⁴ Universidade Federal do Amazonas. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5943-0238>, E-mail: edsonjrribeirocabo@gmail.com

⁵ Universidade Federal do Amazonas. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7395-1806>, E-mail: adriapsique@gmail.com

INTRODUÇÃO

É fundamental que diferentes áreas do conhecimento se dediquem a produzir subsídios para a construção de políticas educacionais inclusivas que considerem as dimensões socioculturais e o reconhecimento das culturas e formas de viver em comunidades tradicionais da Região Amazônica/Norte do país. A proposta de apresentar o perfil de estudantes do curso de Letras e suscitar o debate a respeito de questões étnico-raciais é urgente.

Isto porque, quando as lógicas de dominação se tornam naturais - do ponto de vista subjetivo, político e geográfico - o abismo socio-étnico-racial se amplia. A segmentação dos espaços produz desigualdades como margens, periferias, favelas, bairros, barreiras institucionais e estruturais, em comparação ao contexto urbano facilitado de condomínios residenciais e mansões, demarcando lugares para pessoas negras, indígenas e não brancas (Gonzalez e Hasenbalg, 2022).

Ao verificar as trincheiras impostas pelas condições de precariedade colonial, a vulnerabilidade não somente atravessa os campos físicos, psicológicos, existenciais do indivíduo, mas também escancara as distorções tempo-espaciais do acesso e permanência do povo amazônida em locais como as universidades públicas (Resende et al., 2022), marcados, historicamente, por dispositivos estruturais de opressão e repressão, exclusão e elitismo (Kabengele e Silva, 2020).

Como instâncias normativas no contexto brasileiro, os dispositivos, determinados pelo processo colonial e capitalista, articulam tecnologias de seletividade através de corpos simbólicos e políticos, (de)marcados e atravessados por interseccionais identidades, como a raça, classe, gênero e territorialidade (Akotirene, 2019; Missiatto, 2021; Sousa et. al., 2022).

Ao pensar o acesso e usufruto permanente sobre os saberes acadêmicos, educativos e formativos, devemos compreender que há uma dimensão histórica, cultural, geográfica de caráter seletivo e exclusivista. Vetor enraizado de formatos necropolíticos (Mbembe, 2020), propicia acesso e privilegia somente determinadas camadas sociais brancas e compõe “práticas violentas de humilhação, exclusão, dominação, exploração e extermínio do povo negro”, processo este em constante operação na realidade amazônica (Jader, Viana e Torres, 2023).

Ou seja, corpos histórica e imagetivamente considerados como grupo hegemônico dominante, resguardados em posições de poder e privilégio, são legitimados e recebem créditos para manterem-se e estabelecerem-se em outras novas posições educativas e econômicas; já os corpos além da curva, os não-brancos, racializados, fora da linha cisheteronormativa, limitados e lapidados por lógicas de opressão e exclusão, postos à margem ou nascidos no interior das capitais, colocados no quarto de despejo, na “lata de lixo da sociedade”, recebem determinações estruturais para estarem fora dos espaços acadêmicos não alcançando a garantia de condições dignas de existência e de bem viver (Gonzalez, 1983; Jader, Viana e Torres, 2023).

A sociedade brasileira hierarquizada, estratificada e dividida entre lugares para brancos e para negros (Gonzalez, 2022), concomitantemente com um lugar para indígenas, amazônidas e ribeirinhos, perpetua normativas da estrutura racista como, por exemplo, seu principal vetor, o caráter segregacionista. Elisa Lucinda, na série “Diálogos Ausentes” do Itaú Cultural (2017), salienta que “se tem territorialidade, tem Apartheid. Se sei onde encontrar branco e onde encontrar negro, tem apartheid!”

Com áreas delimitadas, o apartheid representa essa segregação do espaço, revestida de categorias racistas e elitistas. Isto é, conforme o panorama social à brasileira, as universidades públicas se encontram demarcadas em um lugar naturalizado e propício a ser ocupado por jovens da elite branca, o grupo social e financeiramente dominante, alimentados de privilégios e benefícios, de capital reputacional e da distribuição de direitos de ensino, qualificação e formação não partilhada por todos (Markovits, 2021).

Nesse sentido, o semblante processual segregacionista do aparelho seletivo da universidade da região norte expressa também parâmetros do apartheid racial, social e territorial do Brasil (Vargas, 2005; Taddeo, 2016). As trajetórias amazônidas são atravessadas por desvantagens básicas como a falta de políticas públicas de permanência, renda, transporte, moradia, somando desafios estruturais “relativos a aspectos econômicos, infraestrutura e logística”. Entre outras questões, os estudantes carregam e possuem obstáculos para vivenciar e manter os estudos na universidade (Resende et al., 2022, p.14).

Diferentemente do discurso mítico-racional da meritocracia, compreender a dinâmica de resultados, as facilidades, garantias e competências, trata-se de analisar as lógicas de poder característicos do “pacto de autopreservação” da

branquitude e das relações interpessoais acerca das “exigências de códigos da cultura organizacional, adquiridos ao frequentar instâncias mais estratégicas das instituições” que não alcançam os grupos “que carregam uma herança de discriminação e exclusão” (Bento, 2022, p. 20, grifos nossos).

As violências praticadas a partir de dispositivos incrementados pelas instituições não se apresentam empiricamente aos estudantes. Por serem consequências estruturais, projetos sistemáticos de acirramento das vulnerabilidades e exclusão social (Jader, Viana e Torres, 2023), compreendem aspectos subjetivos e configurações normativas da lógica de desigualdade, como a questão do mal estar, do cansaço de pegar ônibus, por exemplo, aspectos velados e reduzido à sentença da “frescura”, mas que está intrinsecamente ligado ao aparato capitalista de precariedade dos transportes públicos, ou seja, não somente são de responsabilidade individual.

Nisso, percebe-se que os processos pós-operatórios de assujeitamento não se encerram ao cumprir os requisitos da máquina neoliberal ao adentrar a Universidade Pública. A permanência nos cursos apresenta novos cenários de “violência estrutural” (Fernandes, Gonçalves e Silva, 2022) e fatores como renda básica, auxílios, deslocamentos e a própria proposta curricular dos cursos, expressam inúmeras faces configuradas para dificultar o usufruto e conclusão do curso para os corpos fora do padrão hegemônico, branco e cisheteronormativo, estritamente privilegiado e reforçado por “meritocracias” (Markovits, 2021).

Um dos pontos carregados na trajetória dos estudantes amazônidas, levantados na pesquisa, diz respeito ao cenário de permanência ao ingressarem no curso de licenciatura em letras modular com aulas ofertadas duas vezes ao ano durante as férias escolares da educação básica. A dinâmica de cumprimento de disciplinas de modo desarticulado com a realidade regional da Amazônia não assegura condições suficientemente plausíveis e, ao mesmo tempo, as políticas públicas afirmativas não dialogam concretamente com os aparatos sociais, geográficos, econômicos e humanos específicos do contexto nortista.

As aulas são realizadas de segunda a sábado, das 8 às 18h com intervalo para almoço. As e os estudantes são professoras e professores da educação básica da rede pública municipal, com alguns poucos concursados e a maioria com contratos precários de trabalho. Estes últimos ficam sem remuneração enquanto frequentam as aulas da graduação, oferecidas nos meses de janeiro a março e junho a agosto, voltando a receber os proventos somente ao retorno ao trabalho.

Ao mesmo tempo em que esse regime letivo e o acesso a um programa especial de formação docente possibilita o acesso ao ensino superior em regiões onde não há universidade, esse ensino modular, instaura outros desafios aos e às graduandas e graduandos. O afastamento do local de moradia, da rede de apoio, as despesas com a estadia em outro município durante o período letivo da universidade, a ausência de atividades de pesquisa e extensão, o não acesso às políticas de assistência estudantil são alguns dos desafios. A dificuldade de conciliar universidade-trabalho-casa e vida pessoal produzem inconsistências na trajetória acadêmica dessas e desses discentes (Resende et al., 2022).

Nesse emaranhado de instâncias normativas, a ou o discente se vê dentro de lógicas de poder neoliberais como as relações de individualismo e silenciamento propagados no processo ensino-pessoa na sociedade racista. Ao transbordar as relações cotidianas por vias massificadas e extenuantes, surgem tensões subjetivas aos corpos não-brancos ao verificar a cooptação e o dever de embranquecer-se caso deseje adentrar em espaços acadêmicos, dinamicamente seletivos (Souza, 2021).

Assim, a pessoa racializada tende a substituir a identificação enquanto sujeito para a função ou ao papel social de “estudante”, isto é, trocando-se o “atributo desprezado por um outro, apreciado e valorizado” pela sociedade branca (Souza, 2021). Conforme explicita Lélia Gonzalez, “o racismo latinoamericano é suficientemente sofisticado para manter negros e indígenas na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças a sua forma de ideologia mais eficaz: a ideologia do embranquecimento” (1988, p. 73).

Produto das opressões e do agenciamento de violências estruturais, a brancura reproduz e perpetua-se como verdade universal, propagando, no parâmetro racista da civilização, um direcionamento subjetivo para as pessoas pretas e pardas, encaminhando sentimentos de fuga, estilhaçamento e fragmentação da identidade racial, isto é, impõe a necessidade de tentar sair do enclausurado lugar de negro para clarear-se (Gonzalez, 1988).

Fanon (2020) demonstra estas determinações usurpatórias sobre a identidade negra e os efeitos psíquicos da branquitude ao analisar a sociedade antilhana e se depara com os padrões normativos impostos: “para o negro, existe apenas um destino. E ele é branco” (p. 24). No Brasil, Gonzalez (1988) expõe a eficácia do racismo à brasileira e apresenta as internalizações sobre o desejo

sistemático de embranquecer, de negar a raça enquanto instância política, afetiva e cultural.

A Amazônia, território (de)marcado por discursos massificados e estereotipados, “reduzido a um vazio demográfico e a imagem da floresta” a partir de instâncias de dominação embranquecidas, estrutura-se no norte brasileiro por meio de projetos coloniais onde, diferentemente dos outros Estados do Brasil, a predominância da ideia de mestiçagem (Sousa, 2022) clareia a perspectiva social imaginária acerca da falta de presença negra e indígena na região, substituída por um processo de “moreamento” (Costa e Schucman, 2022).

De maneira interseccional, apregoa-se nas subjetividades regionais, majoritária e violentamente em mulheres amazônidas, feridas silenciosas por meio do apagamento histórico da participação negra e indígena no território, sendo “sistematicamente diminuída e negada”, para a sobreposição de instrumentos de branqueamento psicológico e cultural (Sousa et. al., 2022).

Por exemplo, na rede linguística e social, há dificuldades em intitular-se como pessoa negra, indígena, ribeirinha, ou existem, usualmente, excessivas expressões participativas no vocabulário racial, como os termos “morena(o)”, “índia(o)”, “mestiça(o)”, e principalmente a categoria “pardo”, que recebem conotações estereotipadas e causam confusões e ambiguidades à identidade (Costa e Schucman, 2022).

Estes termos são incorporados em diferentes localidades e referenciados sentidos de mascaramento e silenciamento sobre o “Outro”, que designa um inferior, aquele diferente do Ser Branco (Kilomba, 2020). Por intermédio dos discursos sociais da branquitude, levantam-se falácias mitológicas sobre um suposto território diverso, e por isso democrático, de miscigenação e de igualdade racial (Sousa, 2022).

Nesse aspecto, as instâncias normativas propagam lógicas racistas através do ideário de mestiçagem e (re)produzem assujeitamentos capazes de afunilar a perspectiva da pessoa racializada a um individualismo exacerbado. Característico da gestão neoliberal, propaga-se discursos meritocráticos, de manutenção da branquitude, além de romper, fragmentar e estilhaçar o sujeito de sua identidade étnica, indígena, ribeirinha ou negra (Bento, 2022).

Nesse caminho, a “alienação colonial” apresentada por Fanon (2020) articula e configura o sistema educacional acerca da compreensão histórica e

social sobre as intersecções participativas das identidades dos estudantes universitários amazônidas. A construção de ensino étnico-racial, por exemplo, nos projetos pedagógicos dos cursos na universidade, caracteriza-se por dificuldades em reconhecer as lógicas de poder racistas por detrás da trajetória dos povos indígenas e negros, populações ribeirinhas e de interior, ao não evidenciarem, criticamente e ao longo dos cursos, as problemáticas ocorridas e vivenciadas na trajetória acadêmica de ensino superior (Resende, et al., 2022).

Desse modo, o apagamento, a invisibilização, silenciamento e opressões (de)marcadas na territorialidade amazônica causam dispersão acerca da compreensão de vulnerabilidades e fragilidades atravessadas ao corpo e à identidade política da negritude - lastro causado, também, às identidades ribeirinhas, indígenas, dos povos étnicos tradicionais e moradores do interior (Sousa et. al., 2022). Observa-se, assim, no processo ideológico de mestiçagem, o embranquecimento não apenas fenotípico, mas também simbólico, que esmiúça, clareia, nubla e desdenha os enfoques da violência estrutural em atravessamento aos estudantes amazônidas do curso de licenciatura em letras entrevistados neste estudo.

O percurso de permanência estudantil, assim, elabora-se no contexto em que somente seletivas presenças e epistemologias permeiam o campo acadêmico, com as instâncias normativas (Missiatto, 2021) filtrante e basilar na formação e conclusão de curso dos futuros professores de letras. Nesse emaranhado, rodeia-se a questão fundamental e base da pesquisa: na universidade pública, o curso de licenciatura em letras oferecido no âmbito do Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), em sua natureza curricular, compreende a trajetória significativa dos estudantes amazônidas e favorece a formação antirracista?

O presente estudo está vinculado a um projeto de pesquisa financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas e tem como objetivo propor uma reflexão sobre o perfil de estudantes de uma turma do curso de licenciatura em letras ofertada em município localizado na região do Alto rio Negro, Estado do Amazonas e a formação e educação de professores em um contexto geográfico específico com marcadores étnico-raciais.

PERCURSO METODOLÓGICO

Para conhecer o perfil de estudantes do curso de letras de regiões do Alto Rio Negro, no Amazonas, e as implicações étnico-raciais em sua trajetória na universidade foram aplicados questionários socioeconômicos. O questionário é composto por perguntas com diferentes alternativas de respostas, abrangendo informações sobre idade, gênero, curso e turno que frequenta na universidade, autodeclaração de raça e etnia, renda. O questionário também investiga programas de incentivo e acesso à universidade e eventos que afetaram a trajetória de escolarização bem como o tipo de apoio recebido para permanecer na universidade (financeiro, afetivo ou outros). A última questão é aberta, com espaço para comentários adicionais sobre a experiência na universidade.

Em outras localidades o questionário foi aplicado no formato online, mas considerando as especificidades regionais e a instabilidade no acesso a internet da região do Alto Rio Negro - que inclui participantes das cidades de Santa Isabel do Rio Negro, São Gabriel da Cachoeira e Barcelos - foi necessário imprimir os formulários a fim de viabilizar que esses estudantes participassem do estudo. A aplicação do questionário ocorreu no ano de 2020 e participaram 63 estudantes do curso de licenciatura em letras da Universidade Federal do Amazonas. A aplicação só foi realizada após aprovação da pesquisa no comitê de ética da universidade, seguindo todos os parâmetros para pesquisas realizadas com seres humanos. No presente estudo, parte dos dados gerados por meio dos questionários será analisada.

As respostas dos participantes foram transportadas para uma planilha de Excel. As análises das respostas dos questionários foram realizadas mediante estatísticas-descritivas simples (Dancey, 2018). As perguntas abertas do questionário foram analisadas com o auxílio do Atlas.ti versão Web (Versão 2023), software de análise de dados qualitativos que tem sido amplamente utilizado para auxiliar nas pesquisas em ciências humanas, sociais e afins por facilitar uma análise crítica e com autonomia de pesquisadores, ao mesmo tempo em que disponibiliza facilitadores para organização dos dados obtidos em entrevistas, questionários ou grupo focais.

Após a transcrição das respostas, optou-se pela análise temática (Braun & Clarke, 2019), que com o auxílio do atlas.ti, permite gerar códigos e temas. É necessário familiarização com os dados a partir da leitura e releitura do material, para que seja possível gerar os primeiros códigos e então buscar por temas. Após

definir os temas, é necessário fazer a revisão dos mesmos, definir e nomear cada um deles em conformidade com os objetivos da pesquisa e efetivar a produção do relatório de análise (Braun & Clarke, 2019).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados do estudo serão apresentados em dois momentos, primeiramente a partir do perfil dos estudantes e das respostas ao questionário fechado. E, no segundo momento, será apresentada a análise qualitativa dos comentários adicionais que os estudantes fizeram ao término das perguntas fechadas.

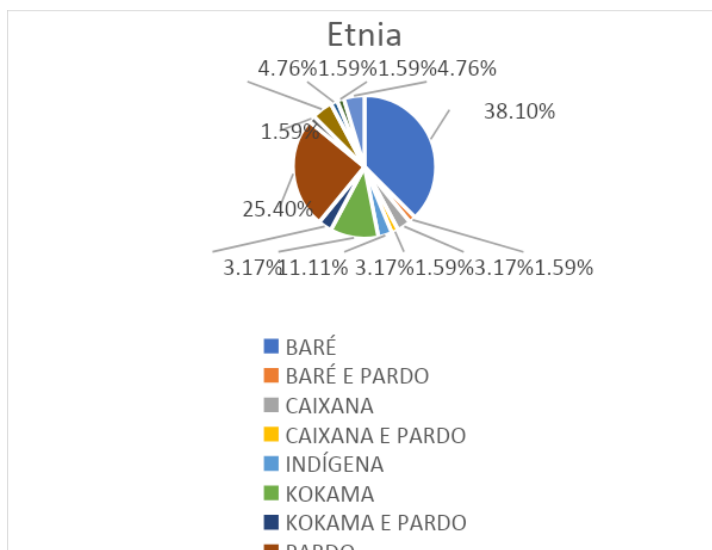
Participaram deste estudo, 63 estudantes do curso de letras que, durante o momento da aplicação do questionário, estavam matriculados no segundo semestre do curso. Serão apresentados alguns itens respondidos no questionário que permitem uma reflexão sobre o perfil dos estudantes e os impactos das políticas educacionais de acesso e permanência. Os estudantes tinham entre 24 e 53 anos, sendo que 47% identificaram-se como estudantes do gênero masculino, 46% do gênero feminino e 6% não responderam ao item.

Conforme respostas do questionário, a maioria desses estudantes são casados (22,22%) ou permanecem em regime de união estável (30,16%). A maioria desses estudantes possuem filhos (84%) e relatam o apoio familiar na sua trajetória escolar de diferentes maneiras, sendo que para 36,51% o apoio afetivo é o que mais emerge entre os estudantes, seguido pelo apoio financeiro (14%,29), e incentivo para que não desistam (11,11%). Diante desses dados, urge a reflexão sobre o fato da desistência e evasão escolar na trajetória acadêmica ser mais presente entre certas camadas da população e outras não.

Conforme Lélia Gonzalez (2020) a América Latina é muito mais ameríndia e amefricana, mas é contínua a visualização dos modos de manutenção dos privilégios da colonização e modelos norte americanos e europeus. Não por acaso, o estado com uma grande representação de pessoas pretas, pardas e indígenas não possui o mesmo quantitativo dessas pessoas no ensino superior. É fato que com as políticas de democratização do Ensino Superior, o acesso à universidade para diferentes grupos étnico-raciais tem sido facilitado, no entanto, a permanência e o modo como a formação ocorre suscita questionamentos e reflexões sobre a efetividade da inclusão (Resende et al., 2022). A figura 1

evidencia a autodeclaração dos e das estudantes, demonstrando uma diversidade étnico-racial própria da região norte do país.

Figura 1. Autodeclaração étnico-racial.

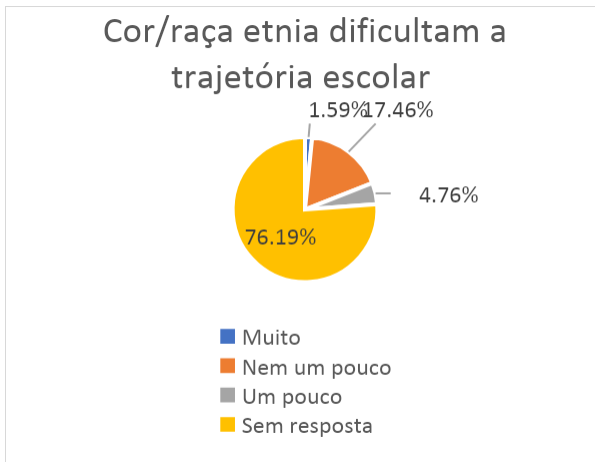


Fonte: Autores

A figura 1 evidencia a diversidade étnico-racial que tem sido visualizada há muito pouco tempo, se considerarmos o longo período de normalização da colonização. As desigualdades regionais e étnico-raciais são gigantescas, evidenciando o Brasil como um dos países com cenário mais desigual no que se refere à educação no Ensino Superior, especialmente de jovens pretos e indígenas (Souza, 2003). No entanto, é possível destacar que o próprio reconhecimento da etnia de pertencimento tem sido impulsionado pelas políticas afirmativas que tem ampliado, via cotas raciais, o acesso à universidade, o que tem mudado o perfil dos estudantes. Ignorar sua etnia era a possibilidade de buscar aceitação e reconhecimento, uma vez que ontologicamente está provado o impacto do apagamento de tudo que é diferente do ideal do modelo da brancura e do branco (Fanon, 2020; Missiato, 2021).

Contudo, é possível verificar que mesmo estudantes atravessados pelas desigualdades étnico-raciais e territoriais, não associam a esse fator um aspecto que cause prejuízos à sua formação. A figura 2 ilustra tal aspecto:

Figura 2. Implicações da raça e etnia em dificuldades



Ao serem questionados se a raça e etnia são aspectos que dificultam de alguma forma suas trajetórias na universidade, a maioria optou por não responder (76,19%) e poucos destacaram as dificuldades enfrentadas em função de seus marcadores étnico-raciais. Lélia Gonzalez (2020) afirma a dificuldade que precisou ser superada para reconhecer-se como pessoa negra que vivenciava violências por sua raça e gênero, talvez ainda haja um longo caminho de reflexões ético-políticas necessárias para que estudantes entendam que suas dificuldades perpassam por aspectos étnico-raciais, uma vez que há aspectos do racismo estrutural que repercutem na subjetividade individual. O modelo individualista e meritocrático atribui a responsabilidade do sucesso ou fracasso vivenciados por uma pessoa, apenas a ela mesma. Esse fenômeno desconsidera as nuances perversas de um sistema de exclusão em diferentes instituições da vida pública e privada (Bento, 2022).

O reconhecimento das experiências étnico-raciais construídas neste trabalho articula-se à compreensão das narrativas e vivências elucidativas das culturas amazônidas. Situar-se criticamente organiza um novo lugar de ocupação

para as pessoas amazônidas enquanto corpo territorial político em posicionamento racializado frente a discursos, epistemes, dispositivos e políticas de morte hegemônicas (Sotero, Pereira e Santos, 2021).

A apresentação de discursos meritocráticos e de posicionamentos de perspectiva individual, demonstram a lacuna secular e a manutenção de normas coloniais na produção de sentidos, estudos, disciplinas e debates no ensino superior. Sendo expresso, hegemonicamente, categorias históricas de formação apenas para o mercado de trabalho e não levando em consideração as particulares trajetórias, afetividades e atravessamentos sociais aos estudantes (Resende, et al., 2022), a pedagogia afroamazônida do bem viver evidencia a construção de núcleos significativos de resgate da ancestralidade e descendência indígena e negra ao afirmar sujeitos amefricanos (Gonzalez, 1988).

A formação do sujeito através da amefricanidade (Gonzalez, 1988) em contraposição a expressão imperialista de “América” aos Estados Unidos, remete o cenário pesquisado a recorrer a importantes contribuições de uma prática antirracista do território amazônico que busca repercutir, no processo social, a identificação, reconhecimento e construção saudável da subjetividade negra e indígena através do paradigma do bem-viver e da amefricanidade.

Resgatando a descendência africana a herança ancestral e cultural, por exemplo, a categoria da amefricanidade propõe abertura a um novo panorama epistemológico, com repertórios e narrativas escurecidas capazes de fornecer qualificada compreensão da realidade, pedagogicamente antirracista, figurando um cenário para “designar a todos nós” (Gonzalez, 1988, p. 76).

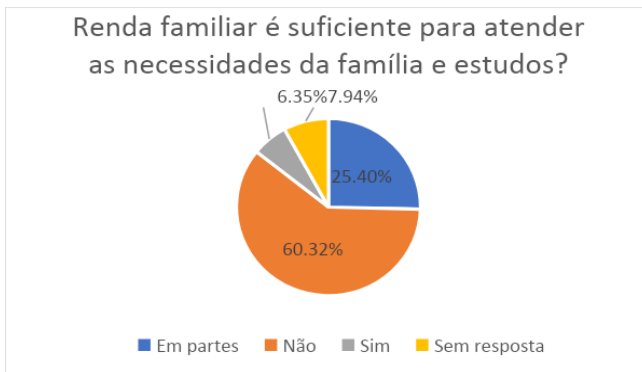
O entendimento das implicações estruturais da desigualdade do tecido social - que o produz no cotidiano do outro lado da ponte do Ocidente, permite e capacita o estudante amazônida a compor e apropriar-se de um leque de interpretações aprofundadas sobre a territorialidade vivida. O termo, enquanto categoria política, elucida na prática recursos linguísticos e simbólicos acerca da comunidade e do território, seja geográfico ou imaterial, e “incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural” (González, 1988, p. 76).

O jovem estudante, ao reconhecer em si atravessamentos de identidades, realiza a construção de aparelhagem psíquica de resistência em formas afrocentradas para combater normas e códigos socialmente racistas na cotidianidade, principalmente em contexto universitário.

A importância do reconhecimento de uma identidade entrelaçada na materialidade histórica-social, resulta, em se deparar com figuras da localidade vivida, ou seja, com referências da região norte. Na mesma linha da decolonialidade, a repercussão de epistemologias de descendência indígena, gradativamente, semeia e encaminha a população para um novo panorama social de bem-viver através de lutas e embates comunitários (Alcantara e Sampaio, 2017). O estudante amazônida ao ser acessar conhecimentos sobre as vertentes decoloniais no espaço acadêmico, tem a possibilidade de “resgatar uma unidade específica, historicamente forjada no interior de diferentes sociedades que se formaram numa determinada parte do mundo” (Gonzalez, 1988, p.77).

É interessante notar que ainda que as políticas de permanência tenham contribuído para o acesso à universidade, há muitos desafios a serem enfrentados por esses estudantes. Os marcadores de desigualdades socioeconômicas estão presentes conforme evidenciado na figura 3.

Figura 3. Implicações da Renda Familiar nos estudos



Ao responder sobre a renda familiar, mais de 60% dos estudantes afirmaram que não é suficiente para suprir as necessidades da família e dos estudos. A maioria desses estudantes (98,41%) é beneficiária de programas sociais como o bolsa família e auxílios da prefeitura. A condição de vulnerabilidade econômica é um forte marcador de desigualdade que afeta o desempenho acadêmico de universitários e facilita a desistência do curso para priorização de trabalhos que permitam garantias mínimas de condições de sobrevivência (Lima e Zago, 2018).

Em consonância com esses dados obtidos por meio da primeira parte do questionário sociodemográfico, é possível avançar na discussão para o segundo momento deste estudo, no qual serão analisados os comentários adicionais realizados pelos estudantes a partir da sua experiência na universidade.

Dentre os 63 participantes, apenas 15 responderam à pergunta aberta do questionário. O material obtido nesse formato permitiu uma compreensão e análise qualitativa explorada mediante análise temática das falas sobre as informações adicionais a respeito das trajetórias universitárias de estudantes do contexto amazônico. Assim, foi possível identificar os temas apresentados na tabela A. Após a análise, compilamos os resultados, de modo a aprofundar a reflexão sobre os aspectos étnico-raciais presentes na formação dos e das discentes, participantes desse estudo, residentes em uma cidade do interior do Amazonas. Os códigos emergidos desta proposição temática podem ser mais bem compreendidos a partir da visualização da Tabela 1.

Tabela 1. Temas e códigos

Realização e Satisfação	Realização de sonhos Realização pessoal Satisfação Desenvolvimento pessoal/ Progresso pessoal/ Transformação de vidas Gratidão Felicidade Aprendizado Valorização da educação Aproveitamento acadêmico Identificação com o curso Importância da Universidade
	Papel do professor na Formação
Obstáculos e resiliências	Persistência Melhorar de vida Desafio Benefício financeiro Obstáculos Oportunidades

Desigualdades socioespaciais	População Ribeirinha
	Custo do transporte e deslocamento
	Descentralização
	Desigualdade socioeconômica
	Desigualdade de oportunidades
	Falta de recursos financeiros
<hr/>	
	Dificuldades de acesso à educação

Mediante análise temática, foi possível verificar que os estudantes enfatizam aspectos relacionados ao papel da universidade em suas trajetórias como Lócus de Realização e Satisfação, Obstáculos e Resistências e apontam as Desigualdades Socioespaciais. A seguir destacamos aspectos presentes em cada uma das temáticas evidenciadas nos comentários dos estudantes que participaram desse estudo. Para fins de representação, indicaremos a etnia e idade dos estudantes ao exemplificar os temas conforme suas falas.

Realização e Satisfação: este tema evidencia o papel da universidade e sua função na realização pessoal e na satisfação da vida dos estudantes participantes. A universidade permite a realização de sonhos: “[...] uma faculdade foi a melhor coisa da minha vida, principalmente na área de educação onde exige muito.” (Baré, 45 anos). Conforme os estudantes participantes da pesquisa, a universidade possibilita o desenvolvimento e progresso pessoal e permite ainda transformar a vida de outras pessoas:

A licenciatura de letras está sendo bastante gratificante para a minha profissão e na minha vida pessoal, estou adquirindo conhecimento que ficará e fará parte da minha vida cotidiana e profissional, e que posso mudar muitas vidas, como a minha está mudando a importância que a educação tem em nossa vida, através dela você será o que você quiser. realizações de sonhos. (Cabocla, 31 anos).

Nesse tema também é possível verificar sentimentos de felicidade e gratidão conforme anuncia a seguinte fala: “Estou muito feliz de ingressar na faculdade de letras pois os professores são incríveis, adorei conhecer todos eles não vão parar, por aqui quero ir mais adiante” (Kokama, 26 anos). É interessante notar a universidade vivenciada como um não lugar, ou como um lugar acessível para

poucos. A sociologia de Jessé Souza discute as desigualdades sociais presentes na educação e a naturalização de um elitismo intelectual e nos modos de produzir conhecimento que coloca a universidade como lugar de acesso aos poucos eleitos e privilegiados (Junior,2022; Souza,2022)

Esse tema destaca ainda o papel da universidade e da formação de professores na vida dos estudantes:

A Universidade para mim é importantíssima, pois sou professora e adoro o curso que faço pois me identifico muito com ele, estou aproveitando bastante, enquanto muitos não têm a mesma oportunidade (Baré, 41 anos).

Obstáculos e Resiliências: esse tema apresenta diferentes desafios presente na vida desses estudantes, ao mesmo tempo, em que destaca a superação de tais desafios conforme a fala de: “Em muitos obstáculos, a vontade de desistir é grande mais me tornarei grande mesmo, quando vencer a todos esses obstáculos” (Pardo,27 anos)

Kilomba contribui com reflexões para pensarmos a respeito dos desafios específicos vivenciados por pessoas racializadas. De acordo com ela, é possível verificar o modo como, na universidade, centralizam-se específicos corpos para permear as salas de aula e os ambientes da instituição em detrimento da exclusão sistemática da “Outridade” (Kilomba, 2019, p.38). O outro, assujeitado à posição de subordinação, de aspectos inferiorizados por imposição de insígnias da branquitude, não se ver pertencente ao ambiente acadêmico, assim como também não há políticas de permanência, mas sim o bombardeamento de discursos de uma “absoluta negação” (Kilomba, 2020, p. 38).

Esse Outro, no contexto nortista, recebe um lugar normativo, “cirurgicamente retirado e violentamente separado de qualquer identidade” (Kilomba, 2020, p.39). Em outras palavras, as diversas comunidades originárias, nações tradicionais ou, popularmente categorizados como “indígenas”, as populações ribeirinhas e povos étnico-raciais, recebem lugares demarcados pela precariedade, invisibilidade e apagamentos unilaterais à sua diversidade e epistemologia, organizados por projetos coloniais de vulnerabilidade social, isto é, não sustentável.

A universidade, ainda assim, diante de obstáculos é vivenciada pelos estudantes como possibilidade para superação e resistências com a esperança de

mudar de vida: “Bom pelo curso que escolhi e pretendo até o fim terminar e ter uma boa posição. (Baré, 21 anos)

Desigualdades socioespaciais: Esse tema escancara os marcadores territoriais que suscitam dificuldades específicas de comunidades ribeirinhas, indígenas e a população que vive em contexto específico do norte do país marcado por um território líquido que deságua em diferentes desafios de deslocamento e acesso. Nesse sentido, o estudante faz um apelo:

Que nossos governantes implantassem mais polos universitários nos municípios. Para nossos jovens que terminam o ensino médio, pois, para deslocar-se do interior para a capital requer muito gasto, e muitas famílias desses jovens não têm condições de manter seus filhos numa universidade que fica distante. (Baré, 40 anos)

As diferentes expressões de desigualdade social, econômica e de acesso à educação são tematizadas e expressam-se na fala de outro estudante, que afirma: “Eu no meu ponto de vista, queria que tivesse, mais oportunidade para os jovens da comunidade que às vezes não tem renda para cursar uma faculdade” (Baré, 31 anos).

Uma das problemáticas incessantes perpetuadas nas narrativas, por exemplo, é a dificuldade de mobilidade e transporte, uma vez que a localização do campus apresenta empecilhos geográficos e elitistas acerca do deslocamento casa-universidade. A distância, o tempo gasto no trajeto, o contraturno de horário e disponibilidade, a conciliação com o emprego, tornam a formação estressante, desgastante e precarizada, com impactos significativos no rendimento estudantil (Resende et al., 2022, 15).

Enfaticamente, estudantes destacam a importância de a universidade chegar nesses territórios da região, muitas vezes inviabilizados:

A [universidade], com esse curso letras-lingua e literatura, para nós do interior é muito importante, pois forma professores e pra mim que ainda não tenho nenhuma graduação é um passo gigantesco na minha vida. (Baré, 30 anos)

Diante das temáticas apontadas, faz-se necessário propor reflexões que culminam na necessidade de espaços formativos condizentes com o que chamaremos de uma pedagogia afroamazônida do bem viver.

Em contrapartida aos aparatos tecnológicos do dispositivo de racialidade expressos na dinâmica estrutural da lógica de necropoder (Mbembe, 2020), apresenta-se, para enfrentamento, a categoria subversiva e de amparo sustentável, a pedagogia afroamazônida do bem viver. Inspirada na pedagogia crítica antirracista de bell hooks (2013), com ênfase na formação de identidade e letramento político de resistência, resiliência e afetividade, em conjunto à amefricanidade (Gonzalez, 1988), pensa-se a territorialidade ancestral do norte como processo essencial para a quebra de discursos meritocráticos e para a compreensão da trajetória dos estudantes amazônidas (Resende et al., 2022).

A pedagogia afroamazônida do bem viver compreende o conceito de “conscientização”, com ênfase em abranger o arsenal de questões acerca de raça, gênero, classe e comunidade, e o conceito de “descolonização”, em referência ao Paulo Freire (1996) e à bell hooks (2013).

Para acréscimo pedagógico, praticar um olhar e um fazer na convivência socioambiental interdependente, pensando a territorialidade do contexto social, geográfico e cultural da Amazônia, contribui na construção de subjetividades e de processos de aprendizado, ensinamentos éticos, modos de vida saudáveis e integrativos, por parte da categoria do bem-viver (Sotero, Pereira e Santos, 2021), aderindo no discurso e na narrativa, de maneira fundamental, eixos antirracistas para os estudantes amazônidas.

Isto porque, ao trabalhar ações com enfoque antirracista, presume-se no referencial metodológico uma educação fora dos moldes hegemônicos, envolvendo o acolhimento, divulgação e atuação da pedagogia com a finalidade de compreender o processo de reconhecimento, luta, resiliência e as conquistas sociais (Sotero, Pereira e Santos, 2021) para melhores condições de permanência por via de políticas públicas.

De maneira subversiva, criticamente referenciado e com letramento racializado, a pedagogia afroamazônida do bem-viver proporciona que os estudantes se situem em discursos advindos de modelos amefricanos e indígenas para a reparação, luta, reivindicação e tomada de decisão frente às instâncias normativas de poder hegemônico.

A territorialidade regional em destaque científico ergue elementos da diversidade e particularidade dos estudantes amazônidas, podendo ser levadas em consideração tanto no repertório individual quanto na grade curricular acadêmica das universidades do norte. Fica, portanto, a essencial necessidade de reformular, no curso de letras, conteúdos, projetos e estágios que forneçam referenciais identitários e metodológicos para um olhar contextualizado, ético, sensível e transgressor (Freire, 1996; hooks, 2013).

Assim, permanecem também algumas dúvidas: A negritude firma-se presente e com voz nos espaços de produção do ensino, pesquisa e demais práticas acadêmicas? São consideradas as especificidades do contexto amazônida e as demandas dos estudantes indígenas?

Considerar o contexto, tendo por base autores negros e indígenas, torna-se fundamental para um aprendizado pedagógico antirracista e para a não perpetuação de discursos privilegiados, meritocráticos e preconceituosos (hooks, 2013). Vozes ainda em burburinho, mas em embate contra os tecidos coloniais, a luta em defesa do território, demonstradas na expressão de narrativas individuais e imperativas com cunho de “superação”, “dedicação” e superestimação das violências opressivas, constituem-se ao contemplar, cotidianamente, atos de resiliência e práticas antirracistas, em movimento caóticos e contraditórios.

O processo de descolonização subjetiva, da saída do assujeitamento para a tomada de decisão ativa e política, reverbera, portanto, nas condições de construir repertórios coletivos, pensando em reivindicações de direitos e políticas públicas. Além disso, o senso comunitário de pertencimento, redefine e reafirma o legado histórico ancestral para um encaminhamento de dignidade, “ultrapassando uma visão idealizada, imaginária ou mitificada da África” (Gonzalez, 1988, p. 78) assim como também supera os ideários acerca das etnias indígenas e apresenta importantes raízes para a formação de uma identidade política, com corporeidade saudável e ativa, que se “liberta pelo prazer e pela expressividade” (Sotero, Pereira e Santos, 2021)

Busca-se, fundamentalmente, realizar e construir modos e formas de agenciamentos políticos para uma identidade criticamente letrada, antirracista e essencialmente dirigida à constituição de uma corporeidade e construção de uma sociedade fundada no paradigma do bem-viver. Para um campo educacional ético e para um corpo territorial repleto de sensibilidade e afeto, compreender e

elaborar “processos formativos mais emancipatórios” (Sotero, Pereira e Santos, 2021) que reafirmam a etnicidade racial do estudante amazônida e reverbera a diversidade sócio territorial potente da região norte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da proposta de apresentar o perfil de estudantes do curso de letras em contexto amazônico, buscou-se suscitar reflexões que pudessem gerar debates importantes no que se refere à educação superior e aspectos étnico-raciais. Frente aos achados que evidenciam mais uma vez as desigualdades que se perpetuam e são naturalizadas, ainda que alguns avanços devam ser reconhecidos, como as políticas de democratização que permitem maior acesso ao Ensino Superior, embora não garantam a permanência ou mesmo uma educação que transforme o discurso que naturaliza e mantém exclusões.

Ao conhecer o perfil de estudantes de letras, majoritariamente indígenas, em contextos de vulnerabilidade socioeconômica, é possível acordar que ainda se faz necessário investir em práticas educativas que garantam não só o acesso e permanência, mas possibilidades para transgredir e ressignificar a lógica acadêmica. A Universidade como lugar de garantia e exercício de cidadania precisa ser transformadora e não mantenedora de um discurso meritocrático, que por vezes, é aderido pelas pessoas pertencentes a classes subalternizadas.

Acredita-se que pensar e propor uma pedagogia afroamazônida do bem viver é retratar e transgredir um norte historicamente invisibilizado, silenciado e apagado das narrativas brasileiras; é elucidar, trabalhar, praticar e reivindicar o reconhecimento, a demarcação da ancestralidade, descendência, pertencimento e presença africana e indígena na formação.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

ALCÂNTARA, Liliane Cristine Schlemmer; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Bem Viver: uma perspectiva (des)colonial das comunidades indígenas. **Revista Rupturas**, v. 7, n. 2, p. 1-31, 2017.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. Companhia das Letras, 2022.

BRAUN, V.; CLARKE, V. Reflecting on reflexive thematic analysis. *Qualitative Research in Sport, Exercise and Health*, v. 11, n. 4, p. 589–597, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/2159676X.2019.1628806>. Acesso em: 25/09/2023.

COSTA, Eliane Silvia; SCHUCMAN, Lia Vainer. Identidades, identificações e classificações raciais no Brasil: o pardo e as ações afirmativas. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 22, n. 2, p. 466-484, 2022.

DANCEY, Christine; REIDY, John. **Estatística Sem Matemática para Psicologia-7**. Penso Editora, 2018.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Editora Zahar, 2020.

FERNANDES, Saulo Luders; GONÇALVES, Bruno Simões; SILVA, Liliane Santos Pereira. Psicologia, Povos Tradicionais e Perspectivas De(s)coloniais: Caminho para Outra Psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, v. 42, 2022. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003263863>. Acesso em 10 set. 2023.

FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Libertação**. 22a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. *Tempo Brasileiro*, (Rio de Janeiro), n.º. 92/93 (jan./jun.): 69–82, 1988.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2020.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, L. A. et al. **Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos**. Ciências Sociais Hoje, Brasília, ANPOCS n. 2, p. 223-244, 1983.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2022.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade**; tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins fontes, 2013.

ITAÚ Cultural. (2017, agosto 30). **Diálogos Ausentes** [Vídeo]. Youtube.<https://youtu.be/w5UBFd0wZ94?si=-P1f5SgQsrxpEk5m>.

JADER, E. R. C. V. J.; Viana, N. M. S.; Torres, M.S. Os enfrentamentos da juventude negra contra projetos estruturais de racismo no contexto da escolarização durante a pandemia de covid-19. In: Fábio Alves Gomes; Iolete Ribeiro da Silva; Valter Luciano Gonçalves Villar. (Org.). **A Dimensão Subjetiva do Processo de Escolarização: juventude, educação e pandemia no contexto amazônico**. 1 ed. Manaus: Editora Alexa Cultural/EDUA UFAM, 2023, p. 33-50.

JUNIOR, Elson dos Santos Gomes. Apontamentos sobre a desigualdade na educação a partir da sociologia de Jessé Souza. **Revista Nova Paideia-Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa**, v. 4, n. 3, p. 742-754, 2022.

KABENGELE, Daniela do Carmo; SILVA, Edivan Claudino Soares da. Desigualdade de raça e gênero no ensino superior: Análise da equidade a partir do perfil do aluno. **Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 58, p. 183-190, 2021. Acesso em 08/09/2023.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano**. Editora Cobogó, 2020.

LIMA, Franciele Santos; ZAGO, Nadir. Evasão na Educação Superior: tendências e resultados de pesquisa. **Movimento-revista de educação**, n. 9, p. 131-164, 2018.

MARKOVITS, Daniel. **A cilada da meritocracia**. Editora Intrínseca, 2021.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Melusina, 2020.

MISSIATTO, Leandro Aparecido Fonseca. **Colonialidade normativa**. Editora Appris, 2021.

RESENDE, Gisele Cristina et al. Desafios para a permanência no ensino superior na Amazônia e os significados de trajetórias estudantis. **Revista de Psicologia, Educação e Cultura**, v. 26, n. 3, p. 139-161, 2022. <http://hdl.handle.net/10400.26/43538>. Acesso em 11 set. 2023.

Sousa, G. S.; Braga, L. R. F.; Caripuna, L. A.; Andrade, D.; Silva, A. S.; Frois, L.; Costa, I. S. B.; Sousa, K. A.; Costa, I. O.; Barbosa, E. **Vozes Afroamazônidas: Entre rios, terras e afetos**. 1. ed. São Paulo: Editora Pimenta Cultural, 2022.



SOUZA, Jessé. **A ralé brasileira: quem é e como vive.** Civilização Brasileira, 2022.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro:** ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2021.

TADDEO, Carlos Eduardo. **A guerra não declarada na visão de um favelado.** Carlos Eduardo Taddeo, 2016.

VARGAS, João H. Costa. Apartheid brasileiro: raça e segregação residencial no Rio de Janeiro. **Revista de Antropologia**, v. 48, p. 75-131, 2005.

Recebido em 30/09/2023

Aprovado em 06/01/2024